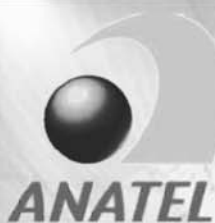




Comunicações
Ministério das Comunicações



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE PROVAS
PARTE I – Nível Superior
Cargos: de 7 a 10

CONHECIMENTOS BÁSICOS

MANHÃ

Aplicação: 8/3/2009

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- Confira atentamente seu caderno de provas, que é constituído de duas partes, da seguinte forma:
Parte I – **50** itens, ordenados de **1 a 50**, correspondentes à prova objetiva de **Conhecimentos Básicos**;
Parte II – **50** itens, ordenados de **51 a 100**, correspondentes à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, e **4** questões, correspondentes à prova discursiva, acompanhadas de espaços para rascunho. **Atenção:** confira o número e o nome de seu cargo transcritos na **folha de respostas**, na capa e no rodapé de cada página numerada da parte II do seu caderno de provas.
ATENÇÃO: este caderno inclui dois conjuntos de itens numerados de **21 a 30**, cada um deles correspondente a uma opção de língua estrangeira devidamente identificada (língua espanhola ou língua inglesa). Na folha de respostas, marque as respostas relativas aos itens de língua estrangeira de acordo com a sua opção na inscrição, indicada na referida folha, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- Caso haja alguma divergência quanto ao número ou nome de seu cargo ou alguma parte do caderno esteja incompleta ou tenha qualquer defeito, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de um aplicador.
- Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas (partes I e II) somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no caderno de provas (partes I e II), na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 50 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O real não é constituído por coisas. Nossa
experiência direta e imediata da realidade leva-nos a imaginar
que o real é feito de coisas (sejam elas naturais ou humanas),
4 isto é, de objetos físicos, psíquicos, culturais oferecidos à
nossa percepção e às nossas vivências. Assim, por exemplo,
costumamos dizer que uma montanha é real porque é uma
7 coisa. No entanto, o simples fato de que uma coisa possua um
nome e de que a chamemos montanha indica que ela é, pelo
menos, uma *coisa-para-nós*, isto é, que possui um sentido em
10 nossa experiência.

Não se trata de supor que há, de um lado, a *coisa*
física ou material e, de outro, a *coisa* como ideia e
13 significação. Não há, de um lado, a *coisa-em-si* e de outro, a
coisa-para-nós, mas o entrelaçamento do físico-material e da
significação. A unidade de um ser é de seu sentido, o que faz
16 com que aquilo que chamamos *coisa* seja sempre um campo
significativo.

Marielena Chaui. **O que é ideologia**, p. 16-8 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, a respeito da organização das ideias no texto acima.

- 1 Tanto o emprego da preposição “por” (l.1) quanto, em lugar desta o da preposição **de** atendem às regras gramaticais, mas a preposição usada no texto realça a ideia de passividade na oração.
- 2 Preservam-se as relações de coerência e a correção gramatical do texto ao se inserir a preposição **de** logo depois da forma verbal “imaginar” (l.2), escrevendo-se: (...) imaginar de que o real (...).
- 3 Como, no primeiro parágrafo, os parênteses demarcam a inserção de uma informação, a sua substituição por duplo travessão preservaria a coerência e a correção do texto.
- 4 O sinal de crase em “oferecidos à nossa percepção e às nossas vivências” (l.4-5) indica que “oferecidos” tem complemento regido pela preposição **a**.
- 5 O desenvolvimento das ideias no texto mostra que o uso do modo subjuntivo em “possua” (l.7) é obrigatório para que as regras gramaticais sejam respeitadas; sua substituição pelo modo indicativo, **possui**, provocaria incoerência textual e desrespeito às regras gramaticais.
- 6 Nas linhas 7 e 8, se, em lugar de “uma coisa possua”, fosse empregado o plural correspondente, **coisas possuam**, a forma verbal “indica” deveria, necessariamente, ser substituída pela forma no plural: indicam.
- 7 Devido à organização da estrutura linguística em que ocorre a forma verbal “há” (l.11), sua substituição por **existe** respeitaria as regras gramaticais.
- 8 O texto desfaz a fronteira entre o que seja uma “*coisa-em-si*” (l.13) e o que seja sua representação, argumentando a favor da ideia de que é pela significação, pelo sentido experimentado, que uma “coisa” é real.
- 9 De acordo com o desenvolvimento das ideias do texto, seria correto iniciar o último período sintático com o conectivo **no entanto**, fazendo-se o devido ajuste de inicial maiúscula.
- 10 Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se retirar o trecho “com que” (l.16) da oração em que ocorre.

1 O poder político é produto de uma convenção, não
da natureza, como postulava Aristóteles, e nasce juntamente
com a sociedade, quando os homens decidem abrir mão de
4 toda a sua liberdade natural, a fim de protegerem os seus
direitos naturais, consubstanciados na propriedade, na vida,
na liberdade e em outros bens. Mesmo antes do estado de
7 sociedade, o homem não é um ente isolado, avesso ao
contato com outras pessoas. De um lado, a sociedade
conjugal tem o escopo de possibilitar a perpetuação da
10 espécie. De outro lado, a sociedade política visa à
preservação da propriedade.

A principal justificativa para a saída do homem do
13 estado pré-político de natureza para a formação da sociedade
e do poder político é a precariedade dos direitos naturais.

Destarte, a razão da organização da sociedade, da
16 formação do poder político e da construção do Estado é a
conquista da segurança e da paz para todos os indivíduos, de
modo que eles possam gozar os seus direitos naturais.

Daniela Romanelli da Silva. **Poder, constituição e voto**. In: **Filosofia, ciência&vida**. Ano III, n.º 27, p. 40-1 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 11 Depreende-se da argumentação do texto que o “poder político” (l.1) tem, como função principal, proteger os direitos naturais, superando-lhes a precariedade e possibilitando que sejam usufruídos com segurança.
- 12 No texto, subentende-se a ideia de “produto” antes do termo “da natureza” (l.2).
- 13 A partir da conjunção “como” (l.2), a argumentação do texto estabelece comparação entre o poder político e outras formas de poder.
- 14 Na linha 3, a argumentação do texto mostra que “a sociedade” e “os homens” podem ser considerados, em significação conotativa, como sinônimos textuais; por isso, a troca de posição entre esses dois termos preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.
- 15 Subentende-se das ideias do texto que, assim como a propriedade, a “vida” (l.5) é um bem.
- 16 Preservam-se a correção gramatical do texto e a coerência entre os argumentos ao se substituir “consubstanciados” (l.5) por **que consubstanciam**.
- 17 A organização do texto permite a substituição da expressão “ao contato” (l.7-8) por **à convivência**, sem prejuízo para a coerência entre os argumentos e para a correção gramatical.
- 18 Na linha 10, preserva-se a correção gramatical do texto ao se substituir o ponto logo depois da palavra “espécie” pelo sinal de dois-pontos, fazendo-se o necessário ajuste da letra inicial maiúscula da preposição “De”.
- 19 A substituição da conjunção “Destarte” (l.15) pela oração **Assim sendo** manteria o sentido conclusivo do parágrafo e a correção gramatical do texto.
- 20 Na organização das ideias do texto, se a “paz para todos os indivíduos” (l.17) fosse uma certeza, o modo verbal de “possam” (l.18) teria de ser substituído pelo modo indicativo: podem.

Nos ítems de 21 a 30, a seguir, são avaliados conhecimentos em **língua espanhola**.

Texto para los ítems de 21 a 30

Operadoras de telecomunicaciones invertirán 4.000 millones en Madrid

1 Las operadoras de telecomunicaciones invertirán
4.000 millones de euros en Madrid entre 2009 y 2016 para
cambiar las viejas redes de cobre por fibra óptica y extender
4 la banda ancha en la telefonía móvil, con el objetivo de
conseguir velocidades de transmisión de entre 30 y 100
megas.

7 Las empresas ejecutarán esta inversión en el marco
de un Plan Director de Infraestructuras de Telecomunicación
que el Ayuntamiento de Madrid ha redactado en colaboración
10 con ellas para conseguir que los beneficios de la sociedad de
la información lleguen por igual a toda la ciudad y con
criterios estéticos y de respeto al medio ambiente.

13 El Plan ha sido presentado hoy por el alcalde,
Alberto Ruiz-Gallardón, ante numerosos representantes del
sector, a los que ha expresado su voluntad de colocar a
16 Madrid en este ámbito en “una situación de liderazgo en la
Unión Europea” que le permita, además, competir con
ciudades como Nueva York, Londres, Pekín o Singapur.

19 El Ayuntamiento de Madrid ha querido con este plan
hacer compatible su derecho a velar por un desarrollo
equilibrado y sostenible de la ciudad con el derecho de las
22 operadoras a ocupar el dominio público para extender sus
redes.

Las condiciones en que equilibrará ambos derechos
25 se plasmarán en una Ordenanza para la Implantación de las
Nuevas Tecnologías que actualizará la vigente desde 1999 y
que ha comenzado su tramitación hoy mismo.

28 Esta Ordenanza reconocerá el “derecho” de los
madrileños a acceder a la sociedad de la información y
facilitará el despliegue de las redes necesarias “desde el
31 máximo respeto a los criterios de integración urbanística y
respeto medioambiental”, según el alcalde.

Ruiz-Gallardón ha relacionado el desarrollo de esta
34 tecnología con la aspiración de Madrid a organizar los Juegos
Olímpicos de 2016 al decir que sólo una ciudad dotada de las
más modernas tecnologías de telecomunicaciones puede
37 convencer al COI de que merece acoger un acontecimiento de
esa magnitud.

Internet: <www.finanzas.com> (con adaptaciones).

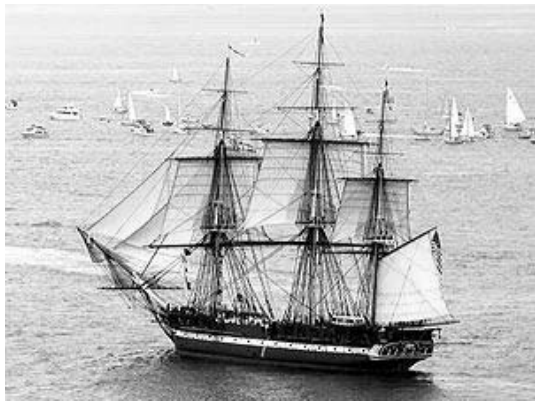
De acuerdo con las ideas del texto, juzgue los ítems siguientes.

- 21 La sociedad de la información en el Madrid de hoy se caracteriza por la carencia de desigualdades.
- 22 Las inversiones previstas en el Plan Director de Infraestructuras de Telecomunicación comenzarán a ser aplicadas en 2009.
- 23 En el ámbito de las telecomunicaciones Madrid compite con Londres y Singapur.
- 24 Las operadoras de telecomunicación ocupan generalmente el espacio público de una forma desordenada y no respetan las condiciones medioambientales de la ciudad de Madrid.
- 25 Se puede inferir que el alcalde de Madrid considera que el COI lleva en consideración el estado de las telecomunicaciones a la hora de decidir qué ciudad será sede de lo Juegos Olímpicos.

Con respecto a las estructuras lingüísticas del texto, juzgue los siguientes ítems.

- 26 La forma verbal “ha redactado” (l.9) puede ser reemplazada por **redactó** sin producir alteraciones semánticas o gramaticales en el texto.
- 27 El uso del modo subjuntivo en la forma verbal “lleguen” (l.11) es debido al hecho de que es el núcleo verbal de una oración subordinada final.
- 28 El elemento “a” en la estructura “a los que” (l.15) introduce un complemento indirecto.
- 29 El elemento “le” (l.17) tiene como antecedente “Alberto Ruíz-Gallardón” (l.14).
- 30 En varios trechos del texto se utiliza el pretérito indefinido.

Nos itens de 21 a 30, a seguir, são avaliados conhecimentos em língua inglesa.



USS Constitution under sail in Massachusetts Bay, 21 July 1997.

1 USS *Constitution* is a wooden-hulled, three-masted
heavy frigate of the United States Navy. Named after the
Constitution of the United States of America by President
4 George Washington, she is the oldest commissioned vessel
afloat in the world. *Constitution*, launched in 1797, was one
of the six original frigates authorized for construction by the
7 Naval Act of 1794 to be the Navy's capital ships, and so
Constitution and her sisters were larger and more heavily
armed than the standard run of frigate. Built in Boston,
10 Massachusetts, her first duty with the newly formed United
States Navy was to provide protection for American merchant
shipping during the Quasi War with France and to defeat the
13 Barbary pirates in the First Barbary War.

Her most famous era of naval warfare was the War
of 1812 against Great Britain, when she defeated five British
warships. From the battle with *Guerriere*, she earned the
nickname of "Old Ironsides" because cannon balls glanced
off her thick hull. She continued to actively serve the nation
as flagship in the Mediterranean and African squadrons and
circled the world in the 1840s. From 1853 to 1855 she
patrolled the coast of Africa searching for illegal slave
traders. During the American Civil War, the sailing frigate
gave way to the progress of shipbuilding. For several years
"Old Ironsides" was used as a training ship for the United
States Naval Academy. Considered unfit to sea, the USS
Constitution was rescued from destruction when Oliver
Wendell Holmes's poem "Old Ironsides" launched a
preservation movement in 1830. Retired from active service
in 1881, she served as a receiving ship until designated a
museum ship in 1907, and in 1931 she made a three year 90-
port tour of the nation. The frigate was completely
overhauled for its bicentennial in 1997 and it sailed under its
own power, drawing international attention.

Now the oldest U.S. warship still in commission,
Constitution remains a powerful reminder of the nation's
earliest steps into dominance of the sea. The Naval Historical
Center Detachment of Boston is responsible for planning and
performing her maintenance, repair and restoration, keeping
her as close to her 1812 configuration as possible. She is
berthed at Pier 1 of the former Charlestown Navy Yard, at
one end of Boston's Freedom Trail, and she is open to the
public year round.

Internet: <www.wikipedia.org> (adapted).

Based on the text, judge the following items.

- 21 Throughout the last 200 years as *Constitution's* purpose and function changed from fighting warship, to training vessel, to receiving ship, to dock side exhibit.
- 22 USS *Constitution* was the first ship of line built in the United States to defend the young American nation.
- 23 After minor repair USS *Constitution* celebrated its 200th birthday in 1997 making passage under her own sail in Massachusetts Bay.
- 24 USS *Constitution* returned in 1931 after a three-year world circumnavigation scheduled journey.
- 25 Because of an inspirational poem, the USS *Constitution* was reported unseaworthy and condemned to be broken up, but the museum helped to raise funds for her overhauling.
- 26 In 1934, Old Ironsides returns to her place of honor in Boston harbor after a national cruise to ninety American different cities.
- 27 "wooden-hulled" (l.1) and "three-masted" (l.1), related to "USS *Constitution*", are examples of modifying compounds that are often hyphenated when preceding a noun.
- 28 In the text, "glanced" (l.17) can be replaced by **bounced** without any change in meaning.
- 29 "actively serve" (l.18) means **assist at work**.
- 30 "was used" (l.24) can be substituted by **served**, maintaining the same tense.

Julgue o item abaixo, acerca dos crimes contra a administração pública.

- 31 Governador de estado que, após responder por ação de improbidade administrativa perante o Poder Judiciário, for condenado nas penas de suspensão dos direitos políticos e indisponibilidade dos bens não responderá por crime no âmbito penal.

Julgue os itens subsequentes, relativos a empresas públicas e sociedades de economia mista.

- 32 Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado criadas mediante autorização legal, integrantes da administração indireta do Estado.
- 33 Criadas mediante autorização legal sob a forma de sociedade anônima, as sociedades de economia mista integram a administração indireta do Estado.

Com referência ao processo administrativo na administração pública federal, julgue o item que se segue.

34 Não cabe recurso das decisões administrativas proferidas pelos servidores das agências reguladoras, conforme preceitua a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Julgue o item seguinte, referente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

35 Qualquer cidadão poderá impetrar *habeas data* no Poder Judiciário para assegurar o conhecimento de informações relativas a sua pessoa disponíveis na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), independentemente de ter formulado o pedido diretamente na agência.

Acerca da Lei Geral de Telecomunicações (Lei n.º 9.472/1997), julgue o próximo item.

36 O petiçãoamento pelos usuários de serviços de telecomunicações para reclamarem seus direitos contra prestadores de serviço perante o órgão regulador não dependerá da assistência de advogado.

Julgue o item seguinte, acerca dos bens públicos.

37 Considerando que um governador de estado prometa a construção de uma praça para atividades esportivas para toda a comunidade de seu estado, é correto afirmar que essa praça, tão logo seja construída, será classificada no direito administrativo brasileiro como bem de uso especial.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.

38 A responsabilidade civil do Estado poderá ser afastada se comprovada a culpa exclusiva da vítima, ou mitigada a reparação na hipótese de concorrência de culpa.

Claiton obteve aprovação em concurso público para o cargo de especialista em regulação de serviços públicos de telecomunicações, área engenharia, da ANATEL em 12.º lugar, cargo para o qual eram previstas no edital apenas 10 vagas, conforme homologação em novembro de 2006. O prazo de validade do concurso era de um ano e foi prorrogado por igual período. Em janeiro de 2009, Claiton encaminhou um *e-mail* para a Ouvidoria da ANATEL, exigindo a sua nomeação, pois fora aprovado no concurso e acreditava ter direito à nomeação.

Considerando a situação hipotética apresentada, a Lei n.º 8.112/1990 e a doutrina do direito administrativo brasileiro, julgue o item abaixo.

39 Claiton não tem direito à nomeação, uma vez que os aprovados em concursos públicos, fora do número de vagas previsto no edital, possuem mera expectativa de direito quanto à nomeação.

Julgue os itens de **40** a **43**, relativos ao Regimento Interno da ANATEL e ao código de ética dessa agência.

40 O presidente da ANATEL poderá convocar audiência pública para o debate de matéria de interesse geral mediante comunicação na imprensa oficial. As manifestações na audiência dependerão de inscrição prévia bem como da comprovação de mais de 5 anos de experiência na área de telecomunicações.

41 O servidor da ANATEL deve pautar sua conduta por normas que possibilitem a associação da ética com a prática cotidiana, de maneira que possa ser por elas orientado no exercício de suas atividades. Cabe, portanto, ao servidor, entre outras medidas, comunicar imediatamente a seus superiores hierárquicos todo e qualquer ato ou fato contrário aos interesses da instituição, bem como denunciar a prática de atividades heterodoxas em seu ambiente de trabalho.

42 A conduta dos servidores da ANATEL deve estar comprometida com os postulados de legalidade, eficiência e impessoalidade. Isso significa que suas atividades devem ser desempenhadas dentro dos limites legais, de forma célere, racional e econômica, e que seu relacionamento com colegas, superiores hierárquicos e com o público deve ser marcado pela impessoalidade, neutralidade, imparcialidade e distanciamento.

43 Deve o servidor da ANATEL preservar o sigilo de informações privilegiadas das quais tenha conhecimento, bem como abster-se de divulgar, por qualquer meio, críticas a colegas, superiores, subordinados hierárquicos ou à instituição.

Acerca do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens de **44** a **50**.

44 A publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar, sendo ressalvados, apenas, os casos de segurança nacional e investigações policiais.

45 O trabalho que o servidor público desenvolve perante a comunidade é um acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que este é também um cidadão, integrante da sociedade. Em decorrência, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio, e sua remuneração, custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

46 O servidor público deve saber que causará dano moral quando tratar mal uma pessoa que paga tributos direta ou indiretamente, bem como quando deixar qualquer pessoa à espera de solução que compita ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço. Isso não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

47 O servidor público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei. Deve, isto sim, exercer as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, com estrita moderação, abstando-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.

48 O servidor da ANATEL deve ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos. Para que isso ocorra, deve ele ser probo, reto, leal, justo e cortês, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e mais vantajosa para a ANATEL, aperfeiçoando, com isso, o processo de comunicação corporativa.

49 São deveres dos titulares de entidade ou órgão da administração pública federal, direta e indireta: conduzir em seu âmbito a avaliação da gestão da ética conforme processo coordenado pela Comissão de Ética Pública, bem como assegurar as condições de trabalho para que as comissões de ética cumpram suas funções, inclusive para que do exercício das atribuições de seus integrantes não lhes resulte qualquer prejuízo ou dano.

50 A proteção à honra e à imagem da pessoa investigada, a proteção à identidade do denunciante — que deve ser mantida sob reserva, se este assim o desejar —, bem como a independência e imparcialidade dos seus membros na apuração dos fatos são princípios que devem ser observados pelas comissões de ética em seus trabalhos.

